

## ESPAÇO E PODER: Reflexões sobre o Estado

As reflexões abaixo referem-se a um trabalho apresentado na disciplina de Geografia Política do Curso de Graduação de Geografia-USP, no qual o autor participou como aluno especial durante o primeiro semestre de 1980.

É o Estado Nacional que reúne os poderes e possui os órgãos políticos de comando da organização econômica e social, seja internamente, seja no plano das relações internacionais. Sendo assim, o conjunto de instituições políticas, jurídicas e administrativas que expressam e exercem a soberania sobre o território correspondem a um Estado. Uma das características dos Estados é que os mesmos são o núcleo do poder de cada nação e são responsáveis pela ordenação e organização das respectivas sociedades nacionais, em toda a sua complexidade; realizam essa ordenação através de aparelhos político-administrativos (burocráticos).

O Estado controla a economia nacional, a vida social e política (conflitos sociais, distribuição da renda), a orientação dos sistemas de ensino, a legislação da imprensa, etc. Todas estas orientações internas dos Estados vão configurar as características de seus espaços regionais e locais; portanto o Estado-Nação permanece como uma unidade política espacial.

Quando pensamos em região supõe-se que a mesma seja parte integrante de um todo ou conjunto. Em última instância este todo é o Estado, que nos dias atuais permanece como sociedade global. Temos portanto, que o Estado é o espaço referência no tocante as dimensões regionais.

No plano local, mais uma vez é o Estado que possui importância primordial. A política tem fortalecido os governos centrais, resultando numa menor mobilidade dos governos locais.

É bem verdade que cada nível (regional, local) também possui características, determinações e poderes específicos; mas em última instância é o Estado quem comanda os outros níveis.

O que presenciou-se com relação ao Canadá (tentativa de separação por parte de Quebec) mostra vivamente a força do Estado.

Convém lembrar que a força apenas não basta ao Estado; para que o poder seja levado a frente uma instância ideológica se faz necessária. Com o controle pela força e pela ideologia o Estado impõe suas "necessidades" às regiões e às localidades, isto é facilmente apreciado se prestarmos atenção a mecanismos como a LSN (Lei de Segurança Nacional) que existe no Brasil ou até mesmo no tratamento dado aos metalúrgicos do ABC em greve (Abril/1980) onde questões invocando um "interesse geral" foram muitas vezes levantadas.

Cabe aqui colocar a questão central da função do Estado. O Estado sempre esteve ligado aos interesses de uma classe dominante, ele nasce da necessidade de refrear as oposições das classes, desta forma as questões locais e regionais pouco significado tem perante a dominação de classe; efetivada pelo Estado. Em certos casos, quando o Estado torna-se realmente democrático, questões regionais são levadas em conta com muito mais propriedade.

Numa economia em que o Estado é básico para as atividades, todo espaço interno está de uma certa forma em dependência do poder central, tendo-se como

resultante o fato de que pouco significado tem para a definição do Estado os aspectos regionais e locais, bem como o espaço regional e local. Sendo importante para esta definição as relações de poder de classes e de delimitação do território.

*Omar Neto F. Barros*  
*Docente do Departamento de Geociências CCE/FUEL*